



Crimes de ódio e ataques morais contra LGBTs e feministas: contra o quê resistimos hoje?

Tatiana Lionço¹

Valdenízia Bento Peixoto²

Irina Karla Bacci³

A proposta deste dossiê temático nasceu da expectativa em contribuir para a visibilidade dos crimes de ódio e ataques morais contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, bem como contra ativistas feministas que se dedicam à luta por garantir direitos sexuais e direitos reprodutivos. Estamos em um contexto histórico de um fenômeno mundial de recrudescimento do conservadorismo e consequente retrocesso na agenda de direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo impulsionados pela incidência do discurso religioso na política. A escassez de dados estatais que evidenciem a proliferação de violências contra estes segmentos populacionais denominados minorias decorreu em iniciativas pontuais da sociedade civil na sistematização de dados sobre assassinatos, como é o caso dos relatórios produzidos pelo Grupo Gay da Bahia desde 1980, Rede Nacional de Pessoas Trans – RedeTrans (2016-2018), mais recentemente pela ANTRA (2017-18), bem como o dossiê do Lesbocídio que revela morte de lésbicas de 2014 a 2018. Todos esses relatórios apresentam dados alarmantes, embora sinalizem para extermínios subnotificados, já que operam com metodologia de pesquisa hemerográfica e informações de ativistas, não dispondo de base oficial de notificação de óbitos para contabilização precisa dos assassinatos de LGBTs no Brasil. As mortes de LGBTs não são de notificação nos boletins policiais ainda que haja um ou outro estado do país que tenha o quesito orientação sexual e/ou identidade de gênero em seus documentos. No contexto internacional, a organização TGEU (Transgender Europe) mantém um Observatório de Monitoramento de Assassinato de Pessoas Trans. Segundo o mapa do observatório, o Brasil é líder no ranking de assassinatos de pessoas trans com 858 assassinatos

¹ Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Coordenadora do Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (NEDIG/CEAM/UnB). E-mail: tlionco@gmail.com

² Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Vice Coordenadora do Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (NEDIG/CEAM/UnB). E-mail: val.peixoto@gmail.com

³ Professora e Pesquisadora Voluntária do Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (NEDIG/CEAM/UnB). E-mail: irinabacci@gmail.com

de 2008 a junho de 2016, seguido do México com 257 assassinatos no mesmo período.

Abrimos o dossiê com o texto de Valdenízia Bento Peixoto, *Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil*, em que são apresentadas reflexões sobre o processo de colonização brasileiro e sinaliza a violência contra LGBT como estrutural e sistêmica a partir de uma perspectiva histórica. A moralização da sociedade brasileira como projeto colonizador pode ser compreendida como agenciadora tanto do racismo estrutural como da marginalização de sujeitos LGBT, tendo como eixo condutor a demonização, a criminalização e a patologização. Ainda que mudanças históricas tenham decorrido em transformações políticas, normativas e epistemológicas significativas, tais marcadores perduram no imaginário social justificando a marginalização e naturalizando violências contra LGBTs em nosso país, requerendo crítica decolonial para superarmos a banalização da violência contra LGBT e seu agravamento no recorte racista.

Por sua vez, Daniel Cerdeira de Souza, Ingrid Mesquita Coelho, Felipe dos Santos Martins e Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato, no artigo *Assassinatos de LGBTs no Brasil – uma análise de literatura entre 2010-2017*, apresentam os resultados de uma pesquisa que buscou levantar publicações com base empírica para nos aproximarmos da realidade do extermínio LGBTfóbico no país. Além de revelar a escassez de literatura científica sobre o tema, os cinco estudos encontrados nas bases de dados pesquisadas pela equipe revelaram que as travestis são as mais vulneráveis ao homicídio, bem como a inserção de LGBT na liderança de comunidades religiosas de matriz africana é um fator de risco para a vida, reiterando a necessidade da perspectiva interseccional na consideração dos crimes de ódio contra LGBTs.

Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felipe Soares e Maria Clara Marques Dias, no artigo *Lesbocídio: o estudo dos crimes de ódio contra lésbicas no Brasil*, visam sistematizar dados sobre feminicídios contra mulheres lésbicas no Brasil. As autoras alegam que o lesbocídio é uma forma de extermínio que visa silenciar as resistências empreendidas pelas vidas de lésbicas, sendo fundamental disputar a visibilidade da morte de lésbicas decorrentes do ódio lesbofóbico como lesbocídio, pois diante do extermínio corre-se o risco do apagamento da vida lésbica, que deve ser também resgatada e visibilidade como tendo sido exterminada nos termos do lesbocídio.

Na *(re) execução de Marielle Franco a partir das lentes de O Globo no Twitter*, Paula Silveira Barbosa e Paula Melani Rocha discutem como a mídia reincidiu na violação ao difamar a vítima, relançando ataques morais e disseminando discursos de ódio. Além disso as autoras perceberam que



a mídia não apresentou a dimensão política do extermínio da vereadora, o que representa uma falta de compromisso ético com a produção da notícia jornalística. É importante ressaltar o apagamento da sua orientação sexual lésbica da descrição de sua pessoa, que passa inclusive a ser mencionada como companheira de um traficante nas notícias sobre seu assassinato. Neste sentido, a mídia incide na re-execução de Marielle Franco, desdobrando discursos de ódio na forma de ataques morais a partir do crime de ódio do qual ela já havia sido vítima letal.

George Souza de Melo apresenta no artigo *O caso de Dandara dos Santos: sobre a violência e o corpo dissidente*, reflexões sobre o assassinato de uma travesti cearense, espancada até a morte. O autor considera que a patologização da transexualidade é um dos vetores de justificação social para a violência contra os corpos de travestis e transexuais, sobretudo quando tais corpos desviam em relação ao padrão normativo cisgênero, mas também em relação ao modelo do que haveria de ser uma mulher transexual adequada aos parâmetros aceitos para a normalização das vidas desviantes.

Em *Denúncia sobre o assassinato de Gisberta Salce em Indulgência Plenária de Alberto Pimenta*, Tiago Correia de Jesus apresenta o caso de uma travesti assassinada na cidade de Porto, em Portugal, por um grupo de adolescentes internos de uma instituição católica. O laudo pericial da morte de Gisberta oficializou que a causa de sua morte teria sido a água, tendo sido seu corpo abandonado em um poço após três dias de suplício sendo objeto de agressões físicas e sexuais por parte dos rapazes. Tal crime decorreu em ampla mobilização da comunidade LGBT portuguesa, que passou a reivindicar legislação específica para crimes de ódio naquele país.

A Questão Trans no Cenário Brasileiro é discutida no artigo de Roberto de Oliveira Preu e Carolina Franco Brito, que recuperam os marcos históricos de garantia de direitos para a população de travestis e transexuais, incluindo atos normativos de conselhos de classe profissionais, mas também de documentos produzidos por setores do poder executivo federal, incluindo indicadores de violência tais como sistematizados por meio do Disque 100. Argumentam que um dos caminhos para superar entraves para a garantia de direitos para esta população seria justamente o combate aos discursos de ódio, pois os mesmos impactam negativamente o reconhecimento não apenas desta população como sujeitos de direitos, mas da legitimidade dos avanços já conquistados normativamente para a mesma.

No artigo *Pode a roupa matar?: os embates impulsionados pela armadura queer e a violência desigual executada sobre seus corpos*, Baga de Bagaceira Souza Campos e Renata Pitombo Cidreira discutem a partir de um vídeo documentário a roupa como elemento de vulnerabilidade e de ameaça.



Além de discorrer sobre a roupa como elemento a partir do qual corpos são reconhecíveis em sua dissidência em relação a padrões cisnormativos, também levantam questionamentos interessantes sobre o potencial ofensor que se alega pela sociedade da moral e dos bons costumes sobre supostas indumentárias com as quais não seria possível conviver sem constrangimentos. Seriam sujeitos anormais uma afronta social? Seriam constrangedores? Tal constrangimento social justificaria atos de violência, exclusão, ódio declarado?

Caio Arnizaut Riscado contribuiu com o dossiê com seu artigo *Gordura que não sai: análise dos discursos de ódio nas redes a partir da interação com imagens da performance gordura trans #3/ gordura localizada #1, de Miro Spinelli*. O autor analisa onze memes disseminados na internet por criadores anônimos, que recortaram a imagem do performer Miro Spinelli e produziram conteúdo transfóbico e gordofóbico por meio da objetificação, animalização, descontextualização das imagens, bem como desqualificação do trabalho artístico e explícita manifestação de repulsa e ódio. Este artigo inaugura uma sequência de reflexões sobre ataques morais por meio da Internet e levanta questões que dialogarão com os artigos seguintes, propriamente sobre as especificidades da violência nas redes sociais, suas características e efeitos.

No artigo *Pânico moral, homofobia e discurso de ódio em um blog na Internet*, Karla Jordana de Moraes Carvalho e Tatiana Lionço apresentam os resultados de uma pesquisa qualitativa que analisou os argumentos adotados por um autor que se afirma religioso na expressão de conteúdo desqualificador contra homossexuais em um blog. Os principais argumentos adotados pelo mesmo foram a associação da homossexualidade a crimes (pedofilia, assassinatos, outros crimes sexuais) e a inferiorização e desqualificação moral da homossexualidade (depravação, pecado, infelicidade, anti-natureza e doença). Tais representações auxiliam na compreensão das características do discurso de ódio, que tendem a caluniar e desumanizar, associando homossexuais a criminosos e a menos humanos, bem como encontrando na religiosidade cristã justificativa moral para o ódio enunciado.

No artigo *Como falar do ódio fora do ódio? Buscando novas linguagens de enfrentamento e resistência*, Julianna Paz Japiassu Motter percorre outro caminho, ao refletir sobre discurso de ódio a partir dos efeitos de tais narrativas sobre sujeitos que foram alvo de tais enunciados. Sem se ater aos discursos de ódio em si, a autora destaca a importância de refletirmos sobre os efeitos subjetivos do discurso de ódio a partir das narrativas de seu impacto sobre as pessoas que foram alvo de tais discursos, passando a considerar as narrativas das próprias mulheres lésbicas sobre terem sido objeto de discurso de ódio sobre suas experiências de enfrentamento e de resistência.



Cleyton Feitosa e Rafael Morato no artigo *Crimes de ódio virtuais contra LGBT no Brasil: o Humaniza Redes como proteção estatal*, apresentam reflexões sobre uma estratégia governamental de enfrentamento dos discursos de ódio na internet. Apresentam como se estruturou tal política pública, suas potencialidades e limites, e consideramos fundamental reforçar a importância da proposição de medidas estatais de educação permanente para o uso das mídias sociais livre de discurso de ódio e intolerância, bem como para dispor do acesso a informação sobre como recorrer a instâncias de denúncia e de busca de reparação diante de danos morais agenciados no ciberespaço.

Céu Cavalcanti, Marina Wanderley Vilar Carvalho e Pedro Paulo Gastalho Bicalho discutem as ambivalências do processo de afirmação normativa da proteção de pessoas trans, que tão logo fora afirmada no âmbito do Conselho Federal de Psicologia, fora objeto de judicialização. Em *A Estranha Liberdade de Odiar: uma análise do processo de Ação Civil Pública contra a resolução 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia*, discutem as ofensivas que o CFP vem sofrendo na tentativa de afirmar proteção normativa para a autodeterminação de pessoas trans na afirmação de suas identidades de gênero, sobretudo decorrentes da incidência de forças antidemocráticas na reivindicação do direito de profissionais de Psicologia de não concordar que pessoas transexuais fossem compreendidas como não patológicas e com direito à autodeterminação de suas identidades.

Por sua vez, Lua Da Mota Stable em *A agenda política contra a chamada “ideologia de gênero” e a cidadania de pessoas LGBTI no Brasil* faz uma reflexão mais panorâmica sobre como a ideia de ideologia de gênero tem servido no atual cenário político como estratégia mantenedora de desigualdades estruturais no que se refere à transfobia, lesbofobia e homofobia, consistindo na manutenção do colonialismo cisheteropatriarcal. Tal colonialismo, no entanto, não se restringe ao contexto brasileiro, sendo um fenômeno transnacional que, no Brasil, teria já ampla capilaridade no poder legislativo.

Elder Luan dos Santos Silva, no artigo *A ‘Ideologia de Gênero’ no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas*, discute as imprecisões no uso que tem sido feito das teorias de gênero por parte de seus opositores, que alegam uma suposta ideologia de gênero que deveria ser combatida. Sendo o sexo, o gênero e a sexualidade objetos discursivos, o autor aborda comparativamente as disputas em torno dos sentidos atribuídos a tais significantes, a fim de evidenciar um certo antagonismo entre forças de manutenção de certa ideologia cisheteronormativa patriarcal e, por outro lado, estudos feministas e de gênero que visam romper com tal normatividade ideológica na direção do reconhecimento de liberdades diversas.



Por fim, no artigo *Caça às bruxas: a criminalização do aborto e as implicações para as mulheres na atualidade*, as autoras Carolina Messeder Zahluth, Maria Lúcia Chaves Lima e Bárbara Lou da Costa Veloso Dias discutem também a partir de uma crítica histórica como a agenda contemporânea do direito ao aborto ecoa o fenômeno de caça às bruxas. Não apenas atravessado por moralismos religiosos, a desqualificação moral de mulheres no que se refere à regulação dos corpos, prazeres e reprodução diz respeito à lógica patriarcal na era capitalista, em que se naturaliza a função reprodutiva das mulheres visando sua exclusão da dimensão produtiva da sociedade.

Entendemos desta forma, que cada artigo contribui para uma análise crítica do contexto de ódio recrudescido no Brasil que impõe uma agenda sistemática de ataques no campo moral mas também físico que leva à morte não só de pessoas inseridas nestes grupos populacionais, LGBTs e mulheres, mas de ativistas que lutam por direitos e mais do que nunca, por existir. Ademais, esperamos que o dossiê como uma obra conjunta traga à luz um debate urgente e necessário no país, revelando a forma de atuação dos setores conservadores que ao impor sua agenda de retrocessos têm fomentado um cenário de ataques a ativistas feministas e LGBTs desnudados nos artigos pela forma cruel que opera na vida das pessoas que militam pelos direitos de pessoas LGBT e feministas.

